Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo SEI/GDF N.º 04016-00070563/2026-94

CONTRATO Nº 184/2026 - IGESDF

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-IGESDF E A EMPRESA **DAVOS ENGENHARIA LTDA**, PARA A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA UNIDADE DE RADIOLOGIA DO HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA (HRSM)**, NOS MOLDES PRECONIZADOS NO EDITAL N.º **021/2026.**

O **INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – IGESDF**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n.º **28.481.233/0001-72**, constituído sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), instituído pela Lei Distrital n.º 5.899, de 3 de julho de 2017, com nomenclatura alterada pela Lei Distrital n.º 6.270, de 30 de janeiro de 2019, regulamentado por meio do Decreto n.º 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, sediado no SHMS – Área Especial – Quadra 101 – Bloco A, Brasília–DF, CEP: 70.335-900, neste ato representado por sua Diretora-Presidente, Sra. **ELIANE SOUZA DE ABREU**, portadora do RG n.º **05***45642 ME/PR** e inscrita no CPF n.º **076.***.***-98,** e seu Diretor Vice-Presidente – Substituto, Sr. **TÚLIO GONÇALVES DE ARAÚJO**, portador do RG n.º **2.***.*27 SSP/DF** e inscrito no CPF n.º *****.674.***-65**, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **DAVOS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º **06.162.750/0001-46**, estabelecida à **Q QNE 26, LOTE 08, LOJA 1A, TAGUATINGA NORTE, BRASÍLIA-DF**, CEP: **72.125-260**, telefone: **(61) 8642-9897/3060-0625**, e-mail: **davos@davosengenharia.com.br**, neste ato representada por seu Representante Legal, o(a) Senhor(a). **WILLIAM MOREIRA DA SILVA**, portador(a) do Documento de Identidade n.º **1***0/D - CREA/DF**, inscrito(a) sob o CPF n.º *****.142.***- 26,** doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, conforme condições e especificações constante no **Elemento Técnico Nº 16/2026 (207829855)**, **Edital de Seleção de Fornecedores n.º 021/2026 (211168812),** realizado conforme condições e especificações constantes no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024 e demais ordenamentos legais pertinentes, que aceitam e se obrigam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores, pelas cláusulas a seguir descritas.

1. **DO OBJETO**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui o objeto do presente contrato a **contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para execução da obra de reforma da Unidade de Radiologia do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)**, conforme especificação do **Elemento Técnico n.º 16/2026 (207829855)** e na proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA (213802346)**, documentos integrantes e indissociáveis deste instrumento de **CONTRATO**, como se nele estivesse transcrito.

2. **DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente **CONTRATO** obedece aos termos do **Elemento Técnico n.º 16/2026 (207829855)** do **Edital n.º 021/2026 (211168812);** do Parecer SEI-GDF n.º 533/2026 - IGESDF/DP/SJUR/CJCT (209647049), emitido pela Superintendência Jurídica; da Nota Técnica N.º 298/2026 - IGESDF/CONAD/CONT/COINT (215425252); e da Declaração de Disponibilidade Orçamentária (217168909), emitida pelo Núcleo de Execução Orçamentária, conforme o Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024.

3. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

CLÁUSULA TERCEIRA – Cabe à contratada a prestação dos serviços de execução e instalação, com fornecimento de materiais e mão de obra completa para a realização da **obra de reforma da Unidade de Radiologia do Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)**, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes neste instrumento contratual, para atender às necessidades do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O regime de execução do objeto contratual se dará por **Empreitada por Preço Global.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Todos os documentos técnicos foram elaborados em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e em conformidade com as orientações contidas na Cartilha Minuta de Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obra e Serviços de Engenharia da Advocacia Geral da União (AGU) (doc. SEI nº 185799844).

PARÁGRAFO TERCEIRO – A execução dos serviços deve obedecer a todas as normas técnicas vigentes e exigíveis no que couber aos trabalhos, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas pertinentes regulamentadas por Órgãos Oficiais, como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre outros, visando o desempenho e operacionalidade da Unidade construída.

PARÁGRAFO QUARTO – A solução técnica contempla a execução da reforma e adequação da Unidade de Radiologia do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, administração local da obra e todos os serviços necessários à implantação da nova sala de Ressonância Magnética 1,5T e da nova sala de Raio-X Telecomandado, conforme projetos, especificações técnicas e demais documentos integrantes do processo.

PARÁGRAFO QUINTO – A intervenção compreende a reorganização funcional do setor de Radiologia, incluindo adequações arquitetônicas, estruturais, elétricas, eletrônicas, hidrossanitárias, de climatização, exaustão, proteção radiológica, infraestrutura tecnológica e demais disciplinas necessárias à perfeita implantação dos equipamentos, observando as exigências técnicas do fabricante, as normas sanitárias vigentes e os requisitos operacionais do Hospital Regional de Santa Maria.

PARÁGRAFO SEXTO – A solução contempla a execução de demolições, remoções, remanejamentos e recomposições de elementos construtivos existentes, incluindo paredes, revestimentos, forros, esquadrias, instalações prediais e demais componentes afetados pela intervenção, bem como a adequação e compatibilização de todas as infraestruturas existentes necessárias à implantação da nova configuração do setor.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Deverão ser executadas as adequações civis necessárias à criação dos novos ambientes assistenciais e de apoio, incluindo salas de exames, sala de comando, sala técnica, recuperação anestésica, utilidades, vestiários, áreas administrativas e demais ambientes previstos em projeto, contemplando novas vedações, esquadrias, revestimentos, forros, impermeabilizações, acabamentos hospitalares e comunicação visual.

PARÁGRAFO OITAVO – A solução deverá contemplar a execução integral das adequações estruturais necessárias à implantação dos equipamentos e dos novos sistemas prediais, incluindo reforços, adequações de lajes, bases técnicas, estruturas metálicas, suportes, passagens técnicas, fechamentos e demais intervenções necessárias à garantia da estabilidade e segurança da edificação.

PARÁGRAFO NONO – Também deverão ser executadas todas as adequações das instalações elétricas e eletrônicas, incluindo alimentação normal e estabilizada, quadros elétricos, circuitos dedicados, aterramento, sistema de proteção contra surtos, infraestrutura seca, eletrocalhas, leitos, cabeamento estruturado, rede lógica, sistemas de monitoramento, automação, controle e demais instalações necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos médicos e sistemas prediais associados.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A infraestrutura de climatização deverá contemplar sistema compatível com as exigências operacionais dos equipamentos de imagem e com os requisitos de conforto ambiental e controle térmico estabelecidos para ambientes assistenciais hospitalares, incluindo implantação de nova área técnica na cobertura, instalação de equipamentos, redes frigorígenas, dutos, difusores, exaustão, automação e sistemas de supervisão necessários à operação contínua do setor.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A solução contempla ainda a execução das adequações necessárias à implantação da infraestrutura específica da sala de Ressonância Magnética, incluindo blindagem eletromagnética (gaiola de Faraday), sistema de exaustão de quench, aterramento específico, infraestrutura para passagem de cabos, adequações civis especializadas e demais requisitos técnicos estabelecidos pelo fabricante do equipamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Deverão ser executadas todas as adequações de infraestrutura necessárias à instalação e operação do equipamento de Raio-X Telecomandado, incluindo reforços, infraestrutura elétrica, lógica, climatização, proteção radiológica, acabamentos especializados e demais requisitos técnicos previstos em projeto e nas especificações do fabricante.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Considerando que a intervenção ocorrerá em unidade hospitalar em funcionamento, os serviços deverão ser executados de forma planejada, programada e setorizada, observando o plano de contingência aprovado, minimizando impactos às atividades assistenciais e preservando a continuidade operacional do hospital durante toda a execução da obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A execução da reforma permitirá a implantação segura e eficiente da nova Ressonância Magnética 1,5T e do novo equipamento de Raio-X Telecomandado, promovendo a modernização da infraestrutura da Radiologia do HRSM, ampliação da capacidade diagnóstica, melhoria dos fluxos assistenciais e aumento da qualidade dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Considerando que a documentação técnica disponibilizada possui características de projeto básico, caberá à CONTRATADA elaborar, compatibilizar e entregar todos os projetos executivos necessários à perfeita execução da obra, contemplando todas as disciplinas técnicas aplicáveis, incluindo, quando pertinente, arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, exaustão, gases, infraestrutura, proteção radiológica, blindagem eletromagnética, prevenção e combate a incêndio, entre outras eventualmente necessárias à completa execução do objeto. A elaboração, compatibilização, análise e aprovação dos projetos executivos integram o escopo contratual e constituem etapa inicial da execução, estando seus prazos já considerados no prazo global previsto para a contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os projetos executivos deverão contemplar, no mínimo, as disciplinas de estrutura, instalações mecânicas, automação, sistemas de controle térmico, bases e suportes estruturais, detalhamentos construtivos, compatibilização multidisciplinar e demais elementos técnicos necessários à completa execução da solução.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CONTRATADA será integralmente responsável pela compatibilização técnica entre os projetos executivos desenvolvidos e a infraestrutura existente da unidade hospitalar, devendo realizar levantamentos técnicos, vistorias, verificações de campo, medições e demais análises necessárias à adequada integração da nova infraestrutura aos sistemas prediais atualmente existentes no Hospital Regional de Santa Maria – HRSM.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Os projetos executivos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, acompanhados das respectivas ARTs/RRTs, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, detalhamentos executivos, listas de materiais, diagramas, plantas, cortes, esquemas e demais documentos técnicos necessários à perfeita caracterização, execução, montagem, operação e manutenção do sistema.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Os projetos executivos deverão ser elaborados obrigatoriamente em metodologia BIM (Building Information Modeling), utilizando o software Autodesk Revit 2025 como plataforma principal de desenvolvimento, compatibilização e entrega dos modelos técnicos da contratação.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Os projetos executivos deverão contemplar, no mínimo, as disciplinas de estrutura, instalações mecânicas, automação, sistemas de controle térmico, bases e suportes estruturais, detalhamentos construtivos, compatibilização multidisciplinar e demais elementos técnicos necessários à completa execução da solução.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Considerando a natureza altamente especializada da blindagem eletromagnética e o fato de o projeto executivo da gaiola de Faraday constituir solução proprietária desenvolvida pela empresa homologada pela fabricante do equipamento, excepcionalmente não será exigida a elaboração ou entrega do respectivo projeto em metodologia BIM. O projeto poderá ser apresentado nos formatos e padrões técnicos usualmente adotados pela empresa homologada e aceitos pela fabricante, desde que contenha todas as informações necessárias para análise, fiscalização, execução e validação dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – Para disciplinas específicas, poderão ser utilizados softwares complementares compatíveis com metodologia BIM, tais como QiBuilder, TQS, AltoQi, Cype, entre outros tecnicamente adequados às respectivas especialidades, desde que mantida plena compatibilidade, interoperabilidade e integração entre os modelos desenvolvidos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – A modelagem deverá contemplar integralmente todas as disciplinas necessárias à execução da solução, incluindo arquitetura, estrutura, instalações elétricas, hidrossanitárias, mecânicas, automação, infraestrutura, detalhamentos construtivos, suportes, bases técnicas, tubulações, equipamentos, painéis, instrumentação e demais elementos necessários à perfeita execução da obra.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – Todos os modelos BIM deverão ser entregues em seus formatos nativos/editáveis de origem, correspondentes aos respectivos softwares utilizados no desenvolvimento dos projetos, incluindo arquivos .RVT, .RFA, .QIB, .TQS e demais extensões aplicáveis às disciplinas executadas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Adicionalmente, todos os modelos e disciplinas deverão ser obrigatoriamente exportados e entregues em formato aberto interoperável IFC (Industry Foundation Classes), compatível com a metodologia OPEN BIM, de modo a garantir interoperabilidade, rastreabilidade, compatibilização multidisciplinar e futura utilização institucional dos modelos digitais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO – Todas as pranchas, plantas, cortes, detalhamentos, diagramas, esquemas e documentos gráficos deverão ser entregues em formato PDF, devidamente organizados, identificados e compatibilizados, bem como exportados em formato .DWG, preservando escalas, layers, referências e padronizações técnicas necessárias à utilização institucional dos arquivos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – Os modelos BIM deverão possuir nível de desenvolvimento (LOD) compatível com projeto executivo e execução da obra, contendo informações geométricas, técnicas e paramétricas suficientes para compatibilização multidisciplinar, quantificação, execução, operação, manutenção e futuras intervenções na infraestrutura hospitalar.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO – A CONTRATADA deverá garantir a compatibilização integral entre todas as disciplinas desenvolvidas em BIM, realizando detecção e tratamento de interferências (clash detection), coordenação multidisciplinar e validação técnica dos modelos antes da emissão final dos projetos executivos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO – A execução física de cada etapa da obra ficará condicionada à conclusão, compatibilização e aprovação dos respectivos projetos executivos correspondentes, observadas as exigências técnicas, normativas, operacionais e assistenciais aplicáveis às instalações hospitalares. A elaboração dos projetos executivos poderá ocorrer concomitantemente às atividades preliminares de mobilização, planejamento executivo, instalação do canteiro de obras, levantamentos complementares e demais serviços compatíveis, desde que não impliquem intervenção física nas áreas abrangidas antes da respectiva aprovação, permanecendo todas essas atividades compreendidas no prazo global de execução da contratação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO – A execução dos serviços deve obedecer a todas as normas técnicas vigentes e exigíveis no que couber aos trabalhos, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas pertinentes regulamentadas por órgãos oficiais, como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre outros, visando o desempenho e operacionalidade da unidade construída.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – Ficará a cargo da empresa vencedora a seleção de fornecedores, e a responsabilidade pela obtenção do Alvará de Construção e as certidões negativas de débito necessárias.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO – Os serviços contratados encontram-se nos projetos anexos ao elemento técnico, entregando todos os serviços e materiais para pleno funcionamento.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO – Os serviços contratados somente serão iniciados mediante emissão de Ordem de Serviço de Execução de Obra.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO – O prazo definido para a execução do objeto deste instrumento contratual está atrelado à complexidade para a execução de atividades inerentes à prestação dos serviços de execução e instalação, com fornecimento de materiais e mão de obra completa.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO – Durante a execução dos trabalhos, a CONTRATANTE providenciará a verificação e análise da conformidade dos serviços, de acordo com os critérios definidos no Elemento Técnico (Anexos) e seus Encartes, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários após as entregas.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO – Para recebimento dos serviços executados, será emitido como instrumento formal para confirmação do término da prestação de serviço o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) ou provisório, com prazo estabelecido no contrato para a entrega dos serviços em exigência.

4. **DOS LICENCIAMENTOS**

CLÁUSULA QUARTA – A **CONTRATADA** deverá regularizar novamente os projetos atualizados nos órgãos competentes, caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução da obra, e ainda, em caso de vencimento do visto e/ou aprovação obtida anteriormente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá elaborar projeto executivo do canteiro de obras, o qual deverá ser submetido à aprovação da Fiscalização ou do órgão competente que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá realizar o pagamento da Taxa de Fiscalização do Uso de Área Pública para implantação do canteiro de obras, se aplicável.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá obter a Licença de Obras, antes do início da execução de qualquer obra sujeita a processo de licenciamento, na forma de Alvará de Construção, para a execução de obras iniciais e de modificação não dispensadas da habilitação.

PARÁGRAFO QUARTO – Para obras em edificação em funcionamento, a **CONTRATADA** estará isenta do pagamento das taxas de energia elétrica, água, esgoto e telefone, permanecendo as mesmas sob a responsabilidade do proprietário do imóvel.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** deverá cumprir condicionantes, exigências e restrições contidas em Autorização Ambiental específica emitida por órgão competente.

5. **DAS DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES**

CLÁUSULA QUINTA – Os documentos técnicos relativos a esta obra são compostos, de forma complementar, por aqueles relacionados neste Instrumento Contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

I - Em caso de divergências entre as Planilhas Estimativas fornecidas e o Caderno de Especificações Técnicas, prevalecerá este último;

II - Em caso de divergências entre os desenhos de detalhes e o projeto arquitetônico, prevalecerão sempre os primeiros;

III - Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos e os Cadernos de Especificações, prevalecerá sempre este último;

IV - Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;

V - Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes e datas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala e os mais recentes;

VI - Em caso de divergências entre os Cadernos de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;

VII - Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas nos Cadernos de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO e os autores dos projetos;

VIII - Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá o último; e

IX - Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha orçamentária contratual e o da respectiva composição de custo unitário, prevalecerá o último.

6. **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

CLÁUSULA SEXTA – A identificação dos serviços e obras deverá ser realizada por meio da instalação de placa, conforme modelo fornecido pela Gerência de Obras e Fiscalização, devendo ser afixada no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o primeiro mês, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço/Ordem de Execução de Obra pela **CONTRATADA**, deverá ser elaborado o PGRCC – Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e adotadas todas as providências necessárias à obtenção das licenças, autorizações e demais atos administrativos exigíveis para a execução dos serviços, mediante protocolo dos respectivos requerimentos junto aos órgãos competentes, quando aplicável, observados os prazos de análise e deliberação de cada órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá executar o canteiro de obras observando o que prevê o Código de Obras e Edificações, bem como as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todos os trabalhos técnicos elaborados pela **CONTRATADA** deverão ser registrados no CREA e/ou CAU e apresentadas as respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas – ARTs e/ou Registros de Responsabilidades Técnicas - RRTs.

PARÁGRAFO QUARTO – Durante a execução dos serviços, deverá ser preenchido e assinado, diariamente, Diário de Serviços e Obras, devendo, preferencialmente, incluir fotografias da obra para melhor registrar as ocorrências, que deverá ser assinado pelos responsáveis da fiscalização da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO – No Diário deverão constar as seguintes anotações:

I - **Pela CONTRATADA:**

a) Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos.

b) Efetivos diários de operários existentes.

c) Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

d) Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados.

e) Consultas à FISCALIZAÇÃO.

f) Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO.

g) Acidentes ocorridos na execução da obra.

h) Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra.

i) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

j) Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

II - **Pela FISCALIZAÇÃO:**

a) Preenchimento dos cabeçalhos.

b) Aprovação das medições para faturamento.

c) Juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas.

d) Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Diário de Obras.

e) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA.

f) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe.

g) Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, dos projetos e especificações.

h) Atestado da veracidade dos registros apontados pela CONTRATADA no Diário de Obras.

i) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

j) Acerca de qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no Elemento Técnico ou neste Instrumento Contratual, caso a CONTRATADA se julgue prejudicada, será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa das partes.

7. **DO VALOR**

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor global deste **CONTRATO** é de **R$ 4.322.786,98 (quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos)**, compreendendo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8. **DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS**

CLÁUSULA OITAVA – A vigência deste **CONTRATO** será a partir da data de assinatura do contrato, vigorando até os 24 (vinte e quatro) meses subsequentes, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que não ultrapasse o limite máximo de 60 (sessenta) meses, inclusive com suas eventuais prorrogações, salvo se estiver previamente justificada e ratificada pela Diretoria Executiva a vantajosidade da celebração da avença por prazos mais alongados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do objeto deverá acontecer no prazo máximo de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo estabelecido para a execução do objeto deve ser contabilizado dentro do prazo estabelecido da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A referida vigência não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia, contados a partir da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

PARÁGRAFO QUARTO – Obrigatoriamente, a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão realizar reunião, em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, para discussão dos projetos da obra, com a participação dos respectivos autores e/ou analistas dos projetos, definidos pela Gerência de Obras e Fiscalização.

I - Deverá ser lavrada ata para registro das ocorrências da reunião; e

II - A reunião visa à avaliação conjunta e agilização das decisões técnicas para definir medidas referentes à execução da obra com a qualidade necessária e no prazo previsto.

PARÁGRAFO QUINTO – Na ocasião da primeira reunião, a **CONTRATADA** deverá apresentar, às suas expensas:

I - O **Termo de Análise Técnica**, conforme modelo disponibilizado pela Gerência de Obras Fiscalização, contendo avaliação minuciosa da documentação técnica disponibilizada por ocasião do certame, bem como o planejamento da obra, discutindo com a FISCALIZAÇÃO, bem como esclarecendo dúvidas porventura existentes;

II - O **Plano de Obras**, contemplando o planejamento completo de execução dos serviços, etapas, demonstrando os caminhos críticos, gráfico de Gant, PERT/CPM, entre outros;

III - A execução do objeto deverá observar o **Cronograma Físico-Financeiro Referencial** elaborado pela CONTRATANTE, que servirá de base para o planejamento da contratação, acompanhamento da execução e aferição das medições. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o **Cronograma Físico-Financeiro Executivo**, compatibilizado com sua proposta, metodologia de execução e planejamento da obra, observados os desembolsos máximos por etapa previstos no cronograma referencial, ficando sua aprovação condicionada à análise e anuência da fiscalização; e

IV - Caso seja necessária a apresentação de um novo Cronograma Físico-Financeiro, este deverá ser submetido à FISCALIZAÇÃO no momento da reunião inicial, na qual a CONTRATANTE deverá observar que os itens relativos à Administração Local da obra deverão ser proporcionais à execução financeira do contrato, em cada uma das etapas previstas.

PARÁGRAFO SEXTO – Os aditivos contratuais, quando justificados, contarão com orçamentos específicos, que deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO do contrato. Os orçamentos serão detalhados em planilhas em que a definição dos custos unitários dos serviços obedecerá aos seguintes critérios:

I - Se a alteração contratual contemplar acréscimos ou supressões de serviços constantes do orçamento sintético contratado, serão adotados os seus custos unitários vigentes na planilha orçamentária contratada;

II - Se a alteração contratual se referir a serviços que não constam no orçamento sintético contratado, será observado o critério abaixo, na ordem apresentada a seguir:

a) Será utilizada a tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal;

b) O custo referência dos insumos será obtido mediante ampla pesquisa de preços no mercado, com mão de obra da tabela SINAPI; e

c) Referência de pesquisas públicas nacionais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Havendo necessidade de prorrogação do cronograma de entrega do objeto contratual, por responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, por eventuais atrasos no fornecimento de insumos, matérias primas equipamentos e outros ainda que de terceiros, a **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa formal para a FISCALIZAÇÃO, que deverá proceder conforme o Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024 do IGESDF.

PARÁGRAFO OITAVO – Em casos de atrasos ocasionados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** pode revisar o cronograma definido na reunião de alinhamento, sem ônus para ambas as partes, desde que as partes estejam de acordo quanto a elaboração de novo cronograma mediante comunicação no prazo de até 24 horas do evento e seja relatado o seu impacto, sendo necessária justificativa técnica.

PARÁGRAFO NONO – Não se incluem nos casos de extremos e fora do controle da CONTRATADA hipóteses de greves, seja de rodoviários, seus próprios colaboradores ou outros profissionais, sob pena de penalidades a serem aplicadas pela FISCALIZAÇÃO conforme o Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

9. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CLÁUSULA NONA – O recebimento provisório dos serviços será feito após sua conclusão, por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, contendo a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, mediante as seguintes condições:

I - A pedido da **CONTRATADA**, até o último dia do prazo de execução dos serviços;

II - Pelo Fiscal, ou na ausência deste, pelo chefe da FISCALIZAÇÃO, com a participação do representante do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), sempre que couber, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da **CONTRATADA**, devidamente protocolada junto ao IGESDF, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais;

III - Após comprovação da conformidade da obra com o projeto e especificações;

IV - Após teste e aprovação de acordo com as especificações do projeto, de todas as instalações, impermeabilizações e outros serviços executados na obra, comprovando estarem em perfeitas condições de uso e funcionamento e em conformidade com as legislações e normas vigentes;

V - Após execução das ligações definitivas de água, esgoto sanitário, águas pluviais, energia elétrica e telefone, regularizadas junto às concessionárias locais, sempre que couber;

VI - Após vistoria na qual não se encontrem defeitos e/ou imperfeições em todo o conjunto da obra;

VII - Após entrega pela **CONTRATADA** à FISCALIZAÇÃO, de:

a) Laudos, Relatórios e demais documentos técnicos elaborados, referentes ao objeto e ao escopo de serviços.

b) Projeto executivo em nível de *as built* (como construído) de acordo com os procedimentos de nomenclatura e arquivamento da Gerência de Projetos, incluindo:

1. Arquivos eletrônicos em formato "dwg" (AutoCad versão 2012) de todos os arquivos matrizes que geraram as pranchas *as built* do projeto da obra, que deverão ser disponibilizada à Gerência de Projetos do IGESDF;

2. Arquivos eletrônicos editáveis das modelagens BIM que geraram as pranchas *as built* do projeto da obra dos softwares específicos que foram utilizados, tais como Revit, TQS, Eberick, QIBuilder, dentre outros;

3. Arquivos eletrônicos em formato “pdf”, gerados a partir da digitalização de todas as pranchas *as built* assinadas, que deverão ser disponibilizada à Gerência de Projetos do IGESDF;

4. Manual de Uso, Operação e Manutenção, com todas as especificações técnicas conforme executado na obra, em arquivo eletrônico no formato “doc” (WORD), assinado e digitalizado em arquivo eletrônico no formato “pdf”;

5. Cópias dos Certificados de Garantia dos equipamentos fornecidos, se couber, impressos, assinados e digitalizados em arquivo eletrônico no formato “pdf”;

6. Certificado de Conclusão, impresso, assinado e digitalizado em arquivo eletrônico no formato “pdf”, de acordo com o Código de Obras e Edificações do DF, nos termos da Lei nº 6138/2018 e Decreto Distrital nº 43056/2022, no formato de Carta de Habite-se, para obras objeto de Alvará de Construção, ou de Atestado de Conclusão, para obras objeto de Licença;

7. Excepcionalmente, nos casos de impossibilidade de emissão da Carta de Habite-se ou do Atestado de Conclusão, por culpa exclusiva da Administração Pública, poderá ser dispensado a apresentação desses documentos desde que solidamente justificado pela **CONTRATADA** e autorizado pelo IGESDF e pelo PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na ocorrência de serviços não cumpridos satisfatoriamente, deverá ser emitido Laudo de Vistoria pela FISCALIZAÇÃO, estabelecendo prazo para cumprimento pela **CONTRATADA**, e encaminhado para ciência da Gerência de Contratos e da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Concluída a obra, caso a **CONTRATADA** não solicite seu recebimento, a FISCALIZAÇÃO deverá vistoriar a obra e emitir Laudo de Vistoria, relacionando as pendências por ventura existentes e comunicar a **CONTRATADA** para fins de cumprimento das pendências elencadas.

10. **DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

CLÁUSULA DÉCIMA – O recebimento definitivo da obra será formalizado mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

I - Comprovação do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, sem pendências apontadas pela FISCALIZAÇÃO;

II - Lavratura do termo no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data do Termo de Recebimento Provisório, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas e previstas no Edital;

III - Emissão do termo pela Gerência de Obras e Fiscalização, após o período de observação ou vistoria, mediante verificação da documentação apresentada pela CONTRATADA e de quaisquer outros documentos exigíveis, comprovando-se a conformidade do objeto com os termos contratuais;

IV - A partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido o compromisso da **CONTRATADA** com o cumprimento do prazo irredutível de **5 (cinco) anos**, mencionados no art. 618 Caput e parágrafo único do Código Civil, Lei nº 10406/2002;

V - No caso de obras de recuperação, reforma geral ou conclusão de obras inacabadas, a CONTRATADA também se obriga ao compromisso mencionado no item anterior, ainda que não tenha executado a construção original da obra; e

VI - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das adequações ou correções exigidas pela FISCALIZAÇÃO dentro do prazo fixado para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa contratual.

11. **DAS MEDIÇÕES E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os serviços executados serão objeto de medição mensal conforme Cronograma Físico - Financeiro, anexo ao Elemento Técnico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A liberação para emissão da nota fiscal para pagamento será realizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, definido pela Gerência de Obras e Fiscalização, que atestará os serviços após a conferência da medição e dos Relatórios, de acordo com o cumprimento das etapas do cronograma.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se, após o recebimento, for identificada qualquer falha na execução dos serviços, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, devendo a **CONTRATADA** realizar os reparos, correção das falhas e efetiva conclusão do que foi apontado recomeçando sua contagem após a regularização das falhas detectadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, administrativa e criminal pelos prazos legais da **CONTRATADA** pela solidez e segurança dos serviços, durante o período de garantia de 12 meses.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento será feito conforme etapas concluídas e estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro Executivo, definido para a execução deste objeto.

12. **DO PAGAMENTO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá observar as condições previstas neste instrumento e no item **18. DO PAGAMENTO** do **Elemento Técnico n.º 16/2026 (207829855).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito conforme etapas concluídas e estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro Executivo a ser apresentado pela **CONTRATADA** e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os documentos fiscais serão atestados pelo fiscal do contrato após o recebimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento será realizado de acordo com o cronograma de execução dos serviços em até **30 (trinta) dias corridos**, por meio de depósito bancário em conta corrente, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pela unidade responsável.

PARÁGRAFO QUINTO – Os pagamentos deverão ser realizados, exclusivamente, por meio de transação bancária registrada em nome do respectivo favorecido, seja este, pessoa física ou jurídica, vinculada ao respectivo CPF ou CNPJ, não sendo permitidos pagamentos a terceiros. No caso de pagamentos internacionais, serão utilizados os meios oficiais e legítimos autorizados pelo Banco Central;

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de nota fiscal, conforme segue:

I - Nota Fiscal individual;

II - A empresa deverá emitir uma nota fiscal específica para cada pedido e respectiva entrega efetuada, na forma abaixo:

NOME: INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGESDF.

CNPJ: 28.481.233/0001-72.

ENDEREÇO: SMHS, ÁREA ESPECIAL, QUADRA 101, BLOCO A, CEP: 70.335-900 - BRASÍLIA/DF.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na nota fiscal ou fatura deverá constar **obrigatoriamente** a unidade referente da execução da reforma, o número do contrato, o nome da instituição bancária, o número da Agência e da Conta Corrente da CONTRATADA, para realização do pagamento obrigatoriamente por meio de depósito/transferência bancária, a critério do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso as notas fiscais ou faturas tenham sido emitidas com incorreções ou em desacordo com a legislação vigente, serão devolvidas e o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da reapresentação das mesmas.

PARÁGRAFO NONO – Caso algum item constante na nota fiscal seja impugnado, o IGESDF liberará a parte não sujeita a contestação, retendo o restante do pagamento até que seja sanado o problema.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Havendo necessidade de providências complementares a serem realizadas por parte do Fornecedor, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas e não será devida atualização financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso do pagamento, pelo **prazo de até 30 (trinta)** dias, após o determinado no **PARÁGRAFO QUARTO**, não implica no direito da suspensão da empresa CONTRATADA ao cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os pagamentos ficam condicionados à manifestação de conformidade pelo Fiscal do contrato, observando as regularidades exigidas no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os pagamentos referentes aos bens demandados com cotação em US$ (dólar americano), comprometem-se as partes que o valor a ser pago é a cotação do dia da solicitação, independente da data de entrega e sua variação cambial.

13. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução da contratação, inclusive indenizações a terceiros e multas eventualmente aplicadas, **no valor de R$ 216.139,34 (duzentos e dezesseis mil cento e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação de **R$ 4.322.786,98 (quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos)**, nos termos do art. 113 ao 125 do Regulamento de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, em uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro;

II - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

III - Seguro garantia emitida por empresa licenciada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nas modalidades de garantias elencadas nos incisos II e III da **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**, deve conter, dentre outras, as seguintes disposições:

I - Menção expressa do IGESDF como segurado;

II - Identificação da Contratada;

III - Especificação clara do objeto do seguro de acordo com o Edital, ou termo contratual, ou o respectivo termo aditivo a que se vincula; e

IV - Contratação de prêmio equivalente à garantia exigida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa emissora da apólice deve ser licenciada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo, em até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do presente Instrumento Contratual.

PARÁGRAFO QUARTO – O atraso injustificado na entrega da garantia pelo prazo superior a 15 (quinze) dias do inicialmente previsto, autoriza o IGESDF a promover a rescisão do contrato por descumprimento de obrigação contratual, sem prejuízo da aplicação de multa compensatória.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo da garantia deve coincidir com o do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, devendo ser renovada a cada prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – A garantia contratual deverá:

I - Cobrir custos decorrentes da inexecução contratual, sempre que o descumprimento das obrigações houver ocasionado prejuízos financeiros ao IGESDF;

II - Pagamento de multas contratuais impostas à empresa Contratada, quando não houver fatura vincenda passível de desconto ou quando o valor da fatura não for suficiente ao adimplemento total da penalidade;

III - Pagamento de verbas trabalhistas de funcionários da Contratada, sempre que houver responsabilidade subsidiária do IGESDF; e

IV - Cobrir outras despesas diretamente relacionadas ao inadimplemento contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Quando a garantia for prestada em dinheiro, o respectivo valor deverá ser efetuado no Banco de Brasília (BRB), em favor do Contratante.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de alteração contratual, a garantia deverá ser atualizada nas mesmas condições pactuadas originalmente.

PARÁGRAFO NONO – A recusa em prestar garantia contratual caracterizará descumprimento contratual, importando em aplicação de multa compensatória.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia seja utilizada pelo IGESDF para ressarcimento de qualquer obrigação da Contratada, a nova prestação deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da comunicação do fato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução integral do contrato ou da sua rescisão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A garantia contratual poderá ser alterada por outra modalidade, quando conveniente a sua substituição, a pedido da Contratada, desde que aceita pela Gerência de Contratos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas contratuais serão decididos mediante acordo entre as partes.

14. **DA GARANTIA DA OBRA**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A **CONTRATADA** deverá prestar, além do estabelecido pelo código civil, garantia após entrega definitiva da obra considerando os prazos sugeridos no anexo "D" da NBR 15.575 (ABNT, 2013).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras e durante o período de garantia, a **CONTRATADA** responderá por sua solidez e segurança, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos e imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do **CONTRATANTE.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá corrigir, por sua conta exclusiva, dentro do prazo de garantia oferecido e aceito, disposto neste instrumento, independentemente de prazo diverso previsto na legislação civil, todo e qualquer vício, defeito ou incorreção, seja de fabricação ou de instalação, dos materiais e equipamentos instalados, responsabilizando-se, integralmente, por sua qualidade, solidez e segurança.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As correções abrangem qualquer conserto/substituição de materiais, bem como a mão de obra especializada para sua execução, sem ônus para o **CONTRATANTE**, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte de seus servidores ou prepostos, desde que devidamente comprovado.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** deverá atender aos chamados, sem limite quantitativo, durante o período da garantia, arcando com todas as despesas relativas à execução do presente contrato, como impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, seguro, administração dos serviços, mão de obra, ferramentas, recolhimento, entrega e transporte de materiais e pessoas, fornecimento de materiais, peças e equipamentos, dentre outros.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de garantia da obra será de **12 (doze) meses** a partir da entrega definitiva da mesma.

15. **SEGUROS EXIGIDOS PARA CONSTRUÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A **CONTRATANTE** se reserva o direito de fiscalizar diariamente a execução da obra, bem como avaliação dos insumos, matérias-primas e material utilizado, podendo recusar a utilização de determinado material com manifestação formal acerca da qualidade se duvidosa ou não.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de recusa na utilização de determinado material, insumo ou matéria-prima, deve a **CONTRATADA** providenciar a sua substituição no prazo de **12 horas** para aqueles de baixa complexidade e oferta no mercado, e **48 horas** para os que apresentem alta complexidade ou alta tecnologia, devendo ser submetido para a análise da fiscalização da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá apresentar apólice de seguro da obra em até **10 (dez) dias corridos** após a assinatura da ordem de serviço, com no mínimo as seguintes coberturas:

I - 100% do valor do contrato;

II - Danos da natureza e demais eventos; e

III - Erros de projeto.

16. **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – São obrigações das partes as expressamente previstas no presente CONTRATO, observando o disposto abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA deverá**:

I - Executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à conclusão e perfeito funcionamento do objeto da contratação, mesmo quando o material técnico fornecido apresentar dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento;

II - Fornecer e manter no local dos serviços, no Diário de Obras, a ser preenchido diariamente com as anotações relatadas em epígrafe, obrigatoriamente registradas com cabeçalhos devidamente preenchidos e com folhas numeradas sequencialmente;

III - Entregar à CONTRATANTE o objeto deste instrumento contratual inteiramente concluído e em condições de uso, sem que isso venha a eximir a CONTRATADA de eventuais reparos em serviços que estejam em desacordo com a boa técnica e normas construtivas ou, ainda, de substituir quaisquer peças ou equipamentos que apresentarem problemas ao iniciar-se sua utilização.;

IV - Acusar (no prazo de até 12 horas) o recebimento da Ordem de Serviço de Obra encaminhada por meio do endereço eletrônico correspondente ao seu envio, (providenciando sua efetiva execução no prazo determinado naquele documento);

V - Manter atualizados os dados cadastrais, comunicando ao IGESDF toda e qualquer alteração;

VI - Dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra e serviços;

VII - Cumprir todas as normas pertinentes à execução e entrega das obras;

VIII - Prestar toda assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, sob as responsabilidades legais vigentes, visando à perfeita execução e completo acabamento dos serviços;

IX - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, com o nível de formação e qualificação exigidos neste instrumento contratual e seus anexos;

X - Designar um profissional que atuará como seu representante junto à CONTRATANTE, podendo este ser o próprio representante legal ou funcionário designado para tal atribuição;

XI - Providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução dos serviços até sua entrega provisória;

XII - Assegurar a reparação física e/ou financeira de qualquer dano ou prejuízo que venha a causar, direta ou indiretamente, a pessoas e/ou bens de propriedade ou não da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

XIII - Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Elemento técnico e seus encartes;

XIV - Levar ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, imediatamente, para a adoção das medidas cabíveis;

XV - Transportar e deslocar internamente todo o material necessário à execução dos serviços;

XVI - Providenciar, sempre que solicitado e às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e prova de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;

XVII - Fornecer todas as condições necessárias aos seus empregados para a execução dos serviços, assim como se responsabilizar pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de despesa ou indenizações demandadas por seus empregados, judicial ou administrativamente;

XVIII - Fornecer toda a documentação solicitada pela Fiscalização relacionada à entrega dos equipamentos, para garantir a entrega do objeto no prazo estabelecido no Contrato, como, por exemplo, códigos de rastreio;

XIX - Cumprir os prazos estipulados, providenciando os materiais a serem empregados com a antecedência necessária;

XX - Realizar o desentulho durante todo o decorrer do serviço, sempre que necessário, para manutenção do canteiro, que deve ser mantido sempre limpo, apresentando boa aparência e condições mínimas de higiene, em acordo com as normas de segurança e medicina do trabalho;

XXI - Retirar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela CONTRATANTE, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado;

XXII - Refazer qualquer serviço executado que não for aprovado pela FISCALIZAÇÃO, desde que justificado, sem prejuízo aos prazos envolvidos, até sua efetiva aprovação;

XXIII - Providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, inclusive viária, e isolamento das frentes de serviço, visando à segurança dos usuários do local e de transeuntes, ficando responsável por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização;

XXIV - Manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes;

XXV - Tomar todas as medidas que se fizerem necessárias com vistas à total segurança dos usuários do imóvel, caso a execução da obra ocorra concomitantemente com o funcionamento das atividades do local, construindo tapumes e implantando a sinalização da obra, em conformidade com o Código de Obras e Edificações do DF e Normas de Segurança do Trabalho;

XXVI - Cuidar para que os profissionais das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços na obra se apresentem devidamente identificados (crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, dentro dos padrões de eficiência e higiene, bem como equipamentos de proteção individual, em atendimento à NR 06, inclusive calçados apropriados a cada ofício;

XXVII - A CONTRATADA deverá se responsabilizar por:

a) Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO;

b) Danos causados diretamente ou indiretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que resultante de imperfeições técnicas e vícios redibitórios, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a FISCALIZAÇÃO ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados;

XXVIII - Antes do início das atividades, a **CONTRATADA** deve apresentar as seguintes documentações:

a) Cópia da Ficha de Registro ou Contrato Individual de Trabalho dos funcionários;

b) Cópia ou Digitalização de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) de todos os colaboradores que prestarão qualquer atividade nas localidades do IGESDF, conforme Norma Regulamentadora nº 7 (ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO NO SESMT DO HOSPITAL DE BASE);

c) Apresentar a Análise Preliminar de Risco (APR) conforme as atividades desenvolvidas em obra;

d) Cópia ou Digitalização das Fichas de Controle de EPIs, conforme Norma Regulamentadora nº 6;

e) Cópia dos Cartões de vacinação atualizada com, no mínimo, as seguintes vacinas - Norma Regulamentadora nº 7:

1) Hepatite B;

2) Febre amarela;

3) DT (Antitetânica e Antidiftérica);

4) Tríplice viral (Sarampo, Rubéola e Caxumba);

5) Antigripal (Influenza).

f) Cópia do fluxo de atuação em caso de acidente/incidente e mal súbito, devidamente datado e assinado, conforme NBR 14.280;

g) Cópia do Certificado de curso de segurança em Instalações Serviços em eletricidade, caso a **CONTRATADA** desenvolva serviços em eletricidade, conforme Norma Regulamentadora nº 10. Caso não tenha contato com eletricidade, está dispensado da apresentação do certificado;

h) Cópia do Certificado de curso de Serviço em Altura, caso a **CONTRATADA** desenvolva atividades em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora nº 35. Caso não tenha contato com serviços acima de 2metros de altura, está dispensado da apresentação do certificado;

i) Cópia do Certificado de curso de Espaço confiado para cada colaborador que terá contato com espaço confinado. Caso não tenha contato espaço confinado, está dispensado da apresentação do certificado;

j) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRSS, conforme Norma Regulamentadora nº 9;

k) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, conforme Norma Regulamentadora nº 7;

l) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, caso a **CONTRATADA** realize atividades de Obras ou Reformas, conforme Norma Regulamentadora nº 18;

m) Cópia do Laudo de Insalubridade e Periculosidade, com cópia de Certificado do Responsável Técnico, conforme Normas Regulamentadoras nº 15 e 16;

n) Cópia de Certificado de curso sobre Norma Regulamentadora nº 32;

o) Cópia de Ordem de Serviço conforme Norma Regulamentadora nº 1;

p) Indicação e Treinamento de um representante (designado) da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), conforme Norma Regulamentadora nº 5.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONTRATANTE deverá**:

I - Autorizar o pessoal da Contratada a acessar o local da entrega, desde que observadas as normas de segurança do IGESDF;

II - Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

III - Garantir o contraditório e a ampla defesa;

IV - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado para a execução do objeto, de acordo com as medições realizadas pela Fiscalização em conformidade com a Gerência Geral de Contabilidade e Finanças e Custos do IGESDF;

V - Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva execução do objeto;

VI - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução da entrega deste instrumento contratual, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

VII - Emitir a Ordem de Serviço de Obra dos serviços contratados; e

VIII - Cumprir e fazer cumprir o disposto neste instrumento contratual.

17. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que mantida sua responsabilidade perante o CONTRATANTE, mediante prévia comunicação à Gerência de Obras e Fiscalização, sendo vedada a subcontratação com empresa que tenha participado do procedimento de Seleção de Fornecedores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a execução da blindagem eletromagnética da sala de Ressonância Magnética, incluindo o fornecimento, fabricação, instalação, testes, certificações e demais serviços correlatos necessários à implantação da gaiola de Faraday, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, subcontratar empresa especializada devidamente cadastrada, homologada e/ou autorizada pela fabricante do equipamento de Ressonância Magnética (CANON Medical Systems), de forma a garantir a plena compatibilidade da solução implantada com os requisitos técnicos, operacionais e de garantia do equipamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A subcontratação deverá abranger todos os serviços considerados obrigatórios pela CANON Medical Systems para implantação da blindagem eletromagnética, incluindo aqueles relacionados ao projeto executivo da gaiola de Faraday, fornecimento de materiais específicos, instalação, ensaios, medições, validações, certificações de desempenho e demais exigências técnicas eventualmente estabelecidas pela fabricante ou por sua representante oficial no Brasil.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comprovação da homologação da empresa subcontratada deverá ser apresentada à fiscalização antes do início dos serviços, mediante documentação formal emitida pela fabricante ou por sua representante oficial no Brasil. Não serão aceitas empresas sem comprovação inequívoca de qualificação técnica e homologação específica para execução dos serviços de blindagem eletromagnética compatíveis com o equipamento a ser instalado.

PARÁGRAFO QUARTO – A eventual execução da blindagem eletromagnética por empresa não homologada pela fabricante, ou em desacordo com as especificações técnicas exigidas pela CANON Medical Systems, implicará responsabilidade exclusiva da CONTRATADA por quaisquer incompatibilidades técnicas, perdas de garantia, falhas operacionais, interferências eletromagnéticas, necessidade de retrabalho, atrasos na instalação do equipamento ou quaisquer outros prejuízos decorrentes ao funcionamento da Ressonância Magnética, sem qualquer ônus adicional ao IGESDF**.**

PARÁGRAFO QUINTO – A subcontratada está igualmente sujeita a todas as obrigações impostas à CONTRATADA, sendo seu gerenciamento de total responsabilidade da contratada.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA fica responsável por apresentar imediatamente qualquer documentação, licenciamento ou qualificação da subcontratada, quando solicitado pela Fiscalização, a qualquer momento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA poderá subcontratar serviços até o percentual de 30% (trinta por cento) do valor global da obra.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso da subcontratação de empresa para execução DE ATIVIDADE ESPECÍFICA, POR EXIGÊNCIA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, só serão aceitas empresas autorizadas/HOMOLOGADAS pelo fabricante do equipamento, com o objetivo de assegurar a qualidade da instalação e a garantia dada pelo fabricante. As solicitações para subcontratações deverão ser submetidas previamente à FISCALIZAÇÃO, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início do serviço a executar. Tal solicitação deverá discriminar o nome da empresa, endereço, CNPJ e os serviços que serão a ela subcontratados.

PARÁGRAFO NONO – Serão exigidas das subcontratadas a qualificação técnica, a habilitação jurídica e a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Os requisitos habilitatórios, sem exceção, devem ser cumpridos pelas subcontratadas, sob pena de burla ao princípio da ampla concorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A subcontratação de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA ou CAU, com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os serviços passíveis de subcontratação não isentarão a CONTRATADA de sua responsabilidade contratual e legal por eles perante o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam os projetos e/ou as especificações, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, sob a supervisão da FISCALIZAÇÃO, de modo a proporcionar o andamento harmonioso da obra, em seu conjunto, permanecendo sob a inteira responsabilidade da contratada o cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo disposto nas respectivas propostas e pelos atos dos seus representantes legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Exonerar a CONTRATANTE da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referentes aos serviços cujo fornecimento compete à CONTRATADA, bem como por reclamação de seus empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Assumir as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, que tenha relacionamento com o contrato com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Realizar as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Cumprir o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho, Resoluções da ANVISA, Portarias do Ministério da Saúde e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados e aos materiais aplicados na obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários no sentido de garantir proteção e segurança aos operários, técnicos e demais pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a execução da obra, garantindo o USO DE EPI por todos os presentes dentro dos limites da obra, observando sempre as normas da ABNT, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO e demais órgãos competentes.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Garantir a integridade física de propriedades do CONTRATANTE e de terceiros, que de alguma maneira possam ser atingidas em qualquer das etapas da obra.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – A coordenação dos trabalhos será executada por profissional habilitado, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos da Lei n. 6.496 de 1977 e disposto na Resolução n. 1.007, de 05/12/2003, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – Respeitar rigorosamente, no que se refere a todos os empregados utilizados nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – Fornecer os materiais de boa qualidade, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Agendar e realizar a visita em horários adequados ao funcionamento do setor que sofrerá intervenção ou fiscalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO – Fica vedada a cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, bem como a transferência da execução do objeto a terceiros, ressalvada exclusivamente a subcontratação das parcelas expressamente admitidas neste instrumento contratual, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável perante o IGESDF pela execução contratual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – Fica vedada a sub-rogação da CONTRATADA na execução do contrato, salvo nas hipóteses de sucessão empresarial decorrentes de incorporação, fusão ou cisão regularmente formalizadas, desde que previamente autorizadas pelo IGESDF e mantidas todas as condições de habilitação, qualificação técnica, econômico-financeira e demais requisitos que fundamentaram a contratação.

18. **DA SUBSTITUIÇÃO PROFISSIONAL**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Durante a execução do contrato, caso haja necessidade comprovada de substituição de qualquer profissional da equipe técnica e administrativa, esta só poderá ser efetivada após autorização formal expressa da **CONTRATANTE**, devendo o substituto ter capacitação, experiência e qualificação técnica devidamente comprovadas, equivalentes ou superiores às do profissional substituído.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A proposta de substituição de profissional da equipe técnica e administrativa deverá ser feita por escrito e justificada. Deverá ser apresentada a proposta para aprovação do novo profissional, com a comprovação de sua experiência, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído. A proposta de substituição deverá ser apreciada e formalmente aprovada pela **CONTRATANTE.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATANTE** poderá requerer a substituição do profissional a qualquer momento, caso ele demonstre incapacidade técnica, negligência e incompatibilidade técnica com a equipe da **CONTRATANTE**. O prazo para a substituição do profissional será de até **3 (três) dias corridos** e ocorrerá de modo que não interfira nos prazos finais de entrega dos produtos.

PARÁGRAFO QUARTO – É de inteira, única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento dos seus colaboradores e prepostos, bem como seus tributos e demais encargos, afastando assim toda e quaisquer responsabilidades seja ela subsidiaria ou solidária da **CONTRATANTE** perante os profissionais da **CONTRATADA**, especialmente afastando incidências previstas na Súmula 331 do C. TST.

19. **DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Será admitido o reajuste do valor do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data da apresentação da proposta, de acordo com as disposições contidas no art. 130 e seguintes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024 e no item 19 do Elemento Técnico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da última proposta, mediante solicitação da contratada e antes de eventual assinatura da prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Após o decurso de um ano da data de apresentação da última proposta, os preços contratados poderão ser reajustados, caso requerido pela CONTRATADA, mediante negociação entre as partes, observando-se, como índice setorial aplicável ao objeto, o INCC/FGV, e, na ausência de índice específico ou setorial pertinente, o IPCA/IBGE, em conformidade com o art. 131 do Regulamento, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – O presente Contrato somente poderá ser reajustado, por ocasião de prorrogação do mesmo, respeitando os valores de mercado adequados ao caso, que se apresentam nos meios de pesquisa dos quais o **CONTRATANTE** se utilize.

PARÁGRAFO QUINTO – Em nenhuma hipótese, os valores cotados em moeda estrangeira serão considerados o da entrega do bem, tomando-se como marco inicial o valor no Contrato e/ou Termo Aditivo pactuado à sua época.

PARÁGRAFO SEXTO – O presente **CONTRATO** poderá ser revisado ou reequilibrado, por meio de Termo Aditivo, conforme disposições contidas no art. 136 e seguintes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024, inclusive levando em consideração o prazo de vigência estabelecido na **CLÁUSULA OITAVA** deste Instrumento.

20. **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente **CONTRATO** poderá ser alterado, por meio de Termo Aditivo, nos casos previstos nos arts. 126 e seguintes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas, e

não haja modificação de seu objeto, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA**, na forma prevista no art. 127 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024, fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, obras ou serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), do valor inicial atualizado do contrato para os seus acréscimos.

21. **DAS PENALIDADES**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Nos termos do artigo 147 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024 e da Resolução da Diretoria Executiva, Resolução da Diretoria Executiva - RDE.062/2026 - Resolução de Gestão, Fiscalização e Penalidades, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal cabíveis a **CONTRATADA**, o descumprimento do contrato poderá acarretar as seguintes penalidades, precedido do devido processo legal, ampla defesa e o contraditório:

I - Advertência;

II - Multa nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

c) 0,01% (um centésimo por cento) por hora de atraso, naquelas obrigações que devam ser executadas em hora certa, relacionadas a execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais em atraso, até o limite de 0,24% (vinte e quatro centésimos por cento), que corresponde a até 24 (vinte e quatro) horas de atraso;

d) 0,02% (dois centésimos por cento) por hora de atraso, naquelas obrigações que devam ser executadas em hora certa, relacionadas a execução de serviços, calculado desde a primeira hora de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

e) de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato ou de parcela inadimplida, conforme o caso, em hipótese de inexecução total ou parcial do contrato tal qual prevista no Elemento Técnico e/ou Edital, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;

f) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato ou de parcela inadimplida, conforme o caso, em hipótese de inexecução parcial ou total do contrato ou recusa no cumprimento de obrigação, tal qual previsto no Elemento Técnico e/ou Edital, de que resultem em dano financeiro ou assistencial ao IGESDF;

g) Em caso de reincidência nas infrações descritas neste artigo, a multa poderá ser majorada ao patamar máximo de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato ou de parcela inadimplida; e

h) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de a Contratada ensejar a rescisão das obrigações assumidas e/ou sua conduta implicar em gastos ao Contratante superiores aos registrados.

III - Suspensão de participação em Seleção de Fornecedores e impedimento de contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso haja uma situação que se enquadre em dois ou mais casos de multa, o IGESDF poderá utilizar a multa mais elevada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos autoriza o **CONTRATANTE**, a seu critério, a não aceitar o fornecimento dos itens solicitados, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida pela Contratada e, podendo ainda, promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas, naquelas obrigações que devam ser executadas em hora certa, autoriza o **CONTRATANTE**, a seu critério, a não aceitar o fornecimento dos itens solicitados, de forma a configurar inexecução total da obrigação assumida pela Contratada e, podendo ainda, promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

PARÁGRAFO QUARTO – A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação de multa não impede que o IGESDF rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024.

PARÁGRAFO SEXTO – A multa imposta à **CONTRATADA** poderá ser descontada de qualquer crédito existente em favor do IGESDF.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa.

PARÁGRAFO OITAVO – Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.

PARÁGRAFO NONO – As sanções previstas neste contrato e no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024 poderão ser aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A recusa injustificada em assinar o contrato, o instrumento de registro de preços ou instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao participante da Seleção de Fornecedores as seguintes penalidades, na forma prevista no Edital, no Elemento Técnico e/ou Instruções:

I - Perda da contratação, sem prejuízo à indenização ao IGESDF por danos causados pela recusa; e

II - Suspensão do direito de participar de Seleção de Fornecedores ou contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Na aplicação das sanções, serão consideradas:

I - A razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade do descumprimento das condições pactuadas e o vulto econômico da contratação;

II - Os danos resultantes do descumprimento das condições pactuadas;

III - A reincidência, assim entendida a repetição de descumprimento das condições pactuadas de igual natureza; e

IV - Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Para efeito de aplicação de penalidades em relação a condutas praticadas pela contratada:

ITEM	CONDUTAS PRATICADAS PELA CONTRATADA	GRAU DA INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA
1	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1	Por empregado e por dia
2	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por ocorrência
3	Deixar de cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
4	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	1	Por empregado e por dia
5	Deixar de manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade ou local de prestação dos serviços, se exigido no Edital e/ou seus anexos	1	Por ocorrência
6	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos	1	Por empregado e por dia
7	Deixar de substituir os equipamentos que apresentarem defeito e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 (quarenta oito) horas da comunicação da CONTRATANTE	1	Por ocorrência e por dia
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO	1	Por ocorrência
9	Deixar de apresentar notas fiscais discriminando preço quantidade de todos os materiais utilizados, mensalmente indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.), se exigido no Edital e seus anexos	1	Por ocorrência e por dia
10	Deixar de manter em estoque o material suficiente para execução dos serviços	1	Por ocorrência e por dia
11	Descumprir sanção anteriormente imposta	1	Por ocorrência
12	Entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na execução do objeto	1	Por ocorrência e por dia
13	Entregar com atraso injustificado os esclarecimentos for solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela NOVACAP	1	Por ocorrência e por dia
14	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material	1	Por ocorrência
15	Indicar e não manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1	Por ocorrência e por dia
16	Interpor recurso manifestamente protelatório	1	Por ocorrência
17	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou c uniforme em condições não adequadas e/ou sem crachá de identificação	1	Por empregado
18	Deixar de adotar medidas corretivas no curso da ARP, do contra ou instrumento equivalente	2	Por ocorrência e por dia
19	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, na execução do objeto	2	Por ocorrência e por dia
20	Executar serviço incompleto, paliativo e/ou substitutivo com caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência e por dia
21	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessário	2	Por empregado e por dia
22	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
23	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	2	Por serviço e por dia
24	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência FISCALIZAÇÃO gerando prejuízos para a Administração e terceiros	2	Por ocorrência
25	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diverso objeto do contrato	2	Por ocorrência
26	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como de arcar c quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas	3	Por ocorrência e por dia
27	Deixar de fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los	3	Por empregado e por dia
28	Deixar de providenciar a correção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de sistema predial nos contratos de manutenção	3	Por ocorrência e por dia

29	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause da físico, lesão corporal ou consequências leta	5	Por ocorrência

I - Sendo que cada Grau corresponde a aplicação de multa conforme tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal/medição do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal/medição do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal/medição do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal/medição do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal/medição do contrato

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades estão regulamentadas na Resolução da Diretoria Executiva - RDE.062/2026 - Resolução de Gestão, Fiscalização e Penalidades.

22. **DA RESCISÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A inexecução total ou parcial do presente **CONTRATO** enseja a sua rescisão, observado o disposto no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 1º do art. 143 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão ocorrerá:

I - POR ATO UNILATERAL E ESCRITO, em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Edital, neste contrato e no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

II - AMIGAVELMENTE, por mútuo acordo entre as partes envolvidas.

23. **DA FISCALIZAÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – O Contratante, no âmbito da gestão e fiscalização do instrumento contratual, deverá obedecer aos preceitos da Resolução da Diretoria Executiva - RDE.062/2026 - Resolução de Gestão, Fiscalização e Penalidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A fiscalização do contrato consiste no acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados, visando aferir qualidade, quantidade, tempo e modo de execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao Fiscal/Substituto do contrato, a fiscalização e o atesto da nota fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes prepostos.

PARÁGRAFO QUARTO – A execução do contrato será realizada conforme análise do Diário de Obras.

PARÁGRAFO QUINTO – Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, de mão de obra, de máquinas e de aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá submeter à apreciação e aprovação da FISCALIZAÇÃO cada lote ou partida de material, por averiguações do próprio material ou de catálogos técnicos e outros meios, nas seguintes condições:

I - Objeto de validação da equivalência técnica com o especificado, pela FISCALIZAÇÃO, pelo autor do projeto e pelo Responsável Técnico da obra;

II - Deverá ser conservada amostra no canteiro de obras até a conclusão da obra, de forma a facultar, em qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com materiais fornecidos ou já empregados.

III - Todos os materiais especificados admitem equivalência, desde que os aspectos técnicos e arquitetônicos mantenham padrão de qualidade igual ou superior aos originalmente especificados.

V - Caberá à CONTRATADA identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do IGESDF ou de outra empresa prestadora de serviços no mesmo local.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Dos Atestos e Notas Fiscais:

I - A fiscalização e atesto da(s) nota(s) fiscal(is) serão realizados pelo fiscal responsável, designado pela Gerência de Obras e Fiscalização, conjuntamente com as unidades solicitantes do(s) serviço(s), caso necessário.

II - Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, a contratada estará sujeita às penalidades, cuja responsabilidade de acompanhar e fiscalizar é do gestor e do fiscal, nos termos dispostos no Regulamento Próprio de Compras e Contratações, observadas ainda as disposições contidas neste instrumento contratual.

III - A solicitação de pagamento pelo objeto contratado deverá ser acompanhada por nota fiscal devidamente conferida e atestada pelo fiscal da contratação, bem como pela documentação obrigatória, conforme solicitação da Gerência de Obras e Fiscalização, respeitando-se o prazo contratual estabelecido para o respectivo pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO – Durante a execução dos serviços, à FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

I - Solicitar Diário de Obras, conforme modelo fornecido pela FISCALIZAÇÃO, devidamente preenchido na obra.

II - Solicitar a retirada imediata da obra, de engenheiro, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências da FISCALIZAÇÃO. A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato.

III - Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações.

IV - Ordenar a suspensão dos serviços, no caso de não ser atendida qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação. A efetivação desta medida não implicará em qualquer indenização ou em prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA.

V - Registrar todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, no Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da CONTRATADA e a outra com a Gerência de Obras e Fiscalização.

24. **DA MATRIZ DE RISCO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A Matriz de Risco é o instrumento que estabelece as responsabilidades da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** durante a execução do contrato. As atribuições de cada parte estão detalhadas na tabela abaixo, que integra e complementa o presente instrumento, sendo parte integrante deste contrato:

ESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL DO RISCO	CONSEQUÊNCIA DO RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS
GR 01 - Alteração de enquadramento tributário das empresas contratadas.	Contratante	Impacto orçamentário do valor contratado.	MÉDIO	Elaboração de termo aditivo para reequilíbrio contratual.
	Contratante	Recolhimento equivocado de tributos.		Análise de conformidade contábil.
	Contratada	Recolhimento equivocado de tributos.		Análise de conformidade contábil.
GR 02 - Elevação dos custos operacionais da atividade empresarial em geral e da execução do objeto em particular em caso de hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis com consequências incalculáveis.	Compartilhado	Comprovado aumento do custo; diminuição da lucratividade da Contratada; alterações no fluxo de caixa da Contratada.	ALTO	Adoção de reequilíbrio
GR 03 - Suspensão de prazo de execução.	Contratante/Contratada	Atrasos na entrega da obra, bem ou serviço;	ALTO	Interrupção do contrato e anuência da contratada para alteração do prazo de execução.
GR 04 - Defasagem dos preços na planilha estimativa referencial de seleção de fornecedores.	Contratante	Atrasos no prazo para início da execução contratual; elevação do custo de contratação;	EXTREMO	Opção pela data-base (I0) da tabela referencial utilizada para elaboração da planilha estimativa como marco inicial para contagem do prazo de reajustamento. Elaboração de termo aditivo de reajuste e reequilíbrio.
GR 05 - Atraso de pagamento de faturas pela Contratante.	Contratante/Contratada	Desequilíbrio financeiro da obra; alteração no fluxo de caixa da Contratada.	MÉDIO	Solicitando às empresas que mantenham as certidões fiscais sempre atualizadas (validadas). Estudo realizado anteriormente (contratante, proprietário e/ou interessado), em conjunto com a área financeira, para análise de viabilidade da contratação.
GR 06 - Não recebimento definitivo dos serviços e obras, em prazo estabelecido pela legislação.	Contratada	Não recebimento da última etapa do cronograma financeiro; sanção pelos órgãos de controle; não emissão de atestado de capacidade técnica.	EXTREMO	Possibilidade de acionamento da garantia contratual em caso de inércia no procedimento de recebimento de obras/serviços. Estruturação da comissão de recebimento de obras.
GR 07 - Alteração do cronograma de realização da obra por motivo justificado pela área assistencial.	Contratante	Possível atraso na execução do objeto contratado.	ALTO	Recuperação do prazo pela empresa contratada para impedir atrasos nas fases sequenciais; contratação de pessoal para recuperar atraso e evitar multas e outras penalidades contratuais, conforme Regulamento Próprio de Fiscalização de Contratos do IGESDF. Adequação do cronograma em conjunto com a fiscalização, observando as necessidades e urgências que a demanda exige.
GR 08 - Acidentes, sinistros, fenômenos da natureza, roubo, furtos e demais eventualidades que surgirem durante a execução do objeto.	Compartilhado	Atrasos no prazo inicial estimado; indenizações trabalhistas a serem pagas pela empresa contratada; aumento dos encargos sociais, acima do inicialmente previsto.	ALTO	Controle rigoroso da segurança do trabalho - feito pelos técnicos/engenheiros de segurança do trabalho das empresas executoras da obra e pelo IGESDF. Uso obrigatório das Normas Regulamentadoras - NRs em segurança do trabalho. Apólice de Seguro de Risco de Engenharia.
GR 09 - Alteração de projeto e/ou especificações previamente definidas.	Contratada	Alteração contratual (aditivo qualitativo ou quantitativo e/ou de prazos).	MÉDIO	Submissão de proposta de alteração das especificações para aprovação da Contratante e Proprietário e/ou Interessado, conforme o estabelecido no Elemento Técnico. Reequilíbrio econômico-financeiro. Aditivos contratuais excepcionais devido às modificações.
	Contratante	Seleção de fornecedores de obras com projetos defasados.		
GR 10 - Interrupção na prestação dos serviços devido a interferências físicas	Contratada	Retrabalho; atraso no cronograma; aumento dos custos.	MÉDIO	Consulta às concessionárias na etapa de estudos técnicos preliminares (caso necessário). Realização de vistoria prévia.

ESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL DO RISCO	CONSEQUÊNCIA DO RISCO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS
(redes, infraestruturas, obstáculos, ocupação irregular).				Aditivo contratual de prazo, sem ônus para a Contratante, desde que justificado pela Contratada e aceito pela Fiscalização. Alterar sequência construtiva, devido a reprogramações nos remanejamentos de redes de interferências por parte do IGESDF.
	Contratante	Impedimento para o início/continuidade dos serviços; comprometimento do prazo contratual;		
GR 11 - Não observância às normas ambientais.	Contratante	Impedimento para o início/continuidade dos serviços; comprometimento do prazo contratual; recebimento de sanções.	MÉDIO	Reparação imediata dos danos ambientais causados.
	Contratada	Embargo da obra pelo órgão ambiental; reparação do dano; embargo da obra pelo órgão ambiental; reparação do dano.		
GR 12 - Serviço executado em desacordo com o especificado.	Contratada	Retrabalhos pela empresa contratada, não remunerados pela Contratante; atrasos no prazo estimado; ajuste financeiro, no curso do serviço, em caso de aceitação (desde que em consonância com as normas técnicas).	MÉDIO	Rigor na verificação dos serviços executados, certificando-se da compatibilidade do insumo/equipamento com o especificado no Edital. Aditivo contratual sem ônus para a contratante.
GR 13 - Falha na documentação da contratada.	Contratada	Atraso da execução do objeto contratado; despesas extraordinárias não previstas anteriormente; ações judiciais de terceiros contra a contratante.	ALTO	Exigência de apresentação de apólice do Seguro de Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil, após a assinatura do contrato. Acompanhamento permanente, pelo fiscal do contrato, da vigência da apólice do Seguro de Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil.
GR 14 - Atraso na execução ou serviço executado em desacordo com o especificado quando se tratar de serviços que impactam diretamente a instalação ou pleno funcionamento do equipamento a ser instalado.	Contratada	Não recebimento das etapas do cronograma financeiro; Sanção pelos órgãos de controle. Não emissão de atestado de capacidade técnica.	EXTREMO	Possibilidade de acionamento da garantia contratual em caso de inércia no procedimento de recebimento de obras/serviços.
	Contratante	Impedimento para o início/continuidade dos serviços assistenciais; Comprometimento com o prazo contratual;		

25. **DO CONTRATO DE GESTÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – A **CONTRATADA** declara neste ato que tem ciência de que o IGESDF executa sua atividade mediante Contrato de Gestão firmado com ente público e que sua rescisão ou não renovação importará em rescisão automática do instrumento firmado para as contratações e aquisições, sem que caiba, a qualquer das partes, direito a multa, indenização, retenção, compensação, perdas e danos então decorrentes do mencionado encerramento contratual, sem qualquer ônus para as partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso seja de interesse do poder público, os contratos vigentes no momento da rescisão ou não renovação do contrato de gestão poderão ser sub-rogados em seu favor.

26. **DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato/resumo deste instrumento no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores, bem como no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte à assinatura, em observância aos arts. 2º e 102 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024.

27. **DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Os **CONTRATOS** firmados com o IGESDF pautam-se pela ética e transparência, evitando-se condutas que possam suscitar conflitos de interesses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O IGESDF exige que as **CONTRATADAS** observem o mais alto padrão de ética durante toda a execução dos instrumentos contratuais, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** declara conhecer o inteiro teor da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e do Decreto Distrital nº 37.296, de 29 de abril de 2016 que disciplina, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, a aplicação da Lei nº 12.846/2013, e compromete-se a não praticar atos lesivos, assim como em face do IGESDF.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** se obriga, sob as penalidades previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável, ao estrito cumprimento da legislação cabível, incluindo a legislação brasileira anticorrupção, bem como as normas e exigências previstas nas Políticas internas da **CONTRATANTE**, incluindo, naquilo que couber, o Código de Ética e Conduta do IGESDF.

PARÁGRAFO QUARTO – A violação comprovada das obrigações previstas relacionadas à fraude e corrupção constitui causa para a rescisão unilateral deste **CONTRATO**, sem quaisquer ônus ou penalidade para a parte idônea, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos a quem lhe der causa.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

28. **DA DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E PRIVACIDADE**

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – A **CONTRATADA** compromete-se neste ato a apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do presente instrumento, o Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade devidamente preenchido, em atendimento ao Código de Ética e Conduta do IGESDF e às boas práticas de combate à corrupção e governança em proteção de dados pessoais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O preenchimento do Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade é indispensável, sendo parte do presente instrumento contratual, independentemente de transcrição, e servirá exclusivamente para atendimento à Política de Integridade e Governança e à Política de Qualificação de Fornecedores do IGESDF.

29. **DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE**

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – A **CONTRATADA** compromete-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente **CONTRATO**, observando que os termos e condições contidos neste instrumento, o escopo de execução dos trabalhos e todos os documentos que o instruem, assim como aqueles que vierem a instruí-lo e que venham a ser trocados entre as Partes ou por elas produzidos na vigência deste **CONTRATO**, são de caráter estritamente confidencial e não poderão ser revelados, divulgados ou cedidos a terceiros, integral ou parcialmente, cuja restrição de acesso esteja previsto na Lei nº 12.527/2011, na Lei Distrital nº 4.990/2012, na Lei 13.709/2018 e no Decreto nº 42.036/2021.

30. **DO APOSTILAMENTO**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A **CONTRATANTE** se reserva o direito de proceder com apostilamento nos autos do processo do qual se verifica inserto este instrumento contratual, para fins de correção de erro material, equívocos e demais anotações pertinentes a boa execução e esclarecimentos do presente contrato.

31. **DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DOS CASOS OMISSOS**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – A presente contratação está vinculada ao Edital do processo de compras e/ou contratações correspondente, bem como ao termo que instruiu a contratação. Todas as disposições e condições estabelecidas no referido Edital e no termo são parte integrante deste contrato, sendo que o não cumprimento de quaisquer obrigações ou exigências ali previstas poderá resultar nas penalidades e sanções aplicáveis, conforme disposto na legislação vigente e nas cláusulas deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, com prévia comunicação formal ao **CONTRATADO**.

32. **DOS FUNDAMENTOS**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – O presente Contrato fundamenta-se:

- Nos autos do processo SEI nº **04016-00070563/2026-94, Elemento Técnico n.º 16/2026 (207829855)** e **Edital n.º 021/2026 (211168812)**;
- Nas disposições do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, aprovado pela Resolução Nº 3, de 29 de Agosto de 2024, vigente; e
- Nos princípios do Direito Público e supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

33. **DO FORO**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem justas e acordadas sobre todas e cada uma das Cláusulas e condições aqui pactuadas, as partes assinam o presente instrumento.

CONTRATANTE:

Eliane Souza de Abreu
Diretora-Presidente
Diretoria Presidencial
presidencia@igesdf.org.br
(+55) 61 3550-9269

Túlio Gonçalves de Araújo
Diretor Vice-Presidente - Substituto
Diretoria da Vice-Presidência
dvp@igesdf.org.br
(+55) 61 3550-9269

CONTRATADA:

William Moreira da Silva

Representante Legal

DAVOS ENGENHARIA LTDA

Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM MOREIRA DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 19/10/2026, às 10:09, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **TULIO GONCALVES DE ARAUJO - Matr.0001251-6**, **Diretor(a) Vice-Presidente substituto(a)**, em 19/10/2026, às 18:07, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ELIANE SOUZA DE ABREU - Matr. 0002345-7**, **Diretor(a)-Presidente**, em 20/10/2026, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **217225936** Código CRC: **EE7218C4**.